

---

## **05. DAS CAMPANHAS PARA A POLÍTICA PROFISSIONAL: O OFÍCIO DE CABO ELEITORAL**

Pâmella Synthia Santana Santos<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados de uma pesquisa em nível de Mestrado<sup>2</sup> acerca da aprendizagem, iniciação e conversão para o ofício de cabo eleitoral, ou seja, como que se “fabrica” um cabo eleitoral, lançando mão do trabalho de Hughes (1964) e demonstrando que ser cabo eleitoral é uma etapa para a constituição e manutenção de uma carreira na política profissional, não que seja uma garantia, mas que é um passo importante para quem almeja se especializar profissionalmente na política. Para isso, os cabos eleitorais que foram analisados já possuem um mandato eletivo, no caso, um mandato de vereador, pois esses cabos eleitorais se utilizam desse ofício como uma pré-campanha própria e não aqueles que se valem do ofício de cabo eleitoral como “bico”.

Nesse artigo, irei tratar de um cabo eleitoral específico que demonstra estar enquadrado em um perfil que podemos dizer “padrão” que atua nesse ofício. Na pesquisa, por conta da segurança da integridade tanto dos entrevistados como a minha própria, foi decidido utilizar a estratégia de trocar os nomes de todos os mencionados, como também a tudo que se referenciasse ao município que acabamos por chamar de Arapongas, que se encontra no Estado de Sergipe. Baseando no trabalho de Whyte (2005) onde o autor também fez um acompanhamento extenso, passando a viver no bairro que se tornou Corneville, é mostrado que não importa se os nomes são trocados, pois o que interessa para a análise são os fatos.

Ao realizar um trabalho de campo extenso no município de Arapongas-SE durante as eleições de 2014, foi possível analisar vários aspectos do cotidiano da política, principalmente a relação dos cabos eleitorais com os seus respectivos partidos políticos e às facções políticas as quais eles estavam inseridos ou de certa maneira, eram obrigados a se identificarem como

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) na Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestre em Sociologia (PPGS/UFS); Bacharela em Ciências Sociais (UFS); integrante do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP); e-mail: pamellasynthiass@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> A dissertação teve como título “O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia UFS (SANTOS, 2016).

---

um nativo dessas facções. Uma característica que deve ser levada em consideração para um melhor entendimento deste trabalho, é a de que os cabos eleitorais analisados já tem uma carreira de profissional política consolidada, ou seja, já exercem um mandato, que nesse caso foram os cabos eleitorais que já atuam como vereador. O município em questão recebeu um nome fictício como também os próprios atores mencionados na pesquisa com o intuito de proteger a integridade moral dos mesmos como também a minha própria.

Para dar conta desse estudo, foi necessário lançar mão de três metodologias: a primeira foi a observação participante devido ao fato de se tratar de um estudo que envolve o cotidiano da política, pois é necessário compreender como que ele é constituído e como os atores atuam nele, e as observações foram feitas em reuniões com os coordenadores de campanhas sejam elas para tratar das “ajudas”, como também para prestar contas da situação em que os cabos eleitorais se encontravam, nos comícios, passeatas, carreatas, comitês, almoços, como também no próprio dia da eleição e etc.; a segunda metodologia, que está atrelada com a primeira, foi o diário de campo que possibilitou ajustar as análises no momento em que eram feitos os acompanhamentos; a terceira foi a realização de entrevistas com os cabos eleitorais e elas foram de extrema importância, não somente pelo conteúdo das respostas feitas às perguntas, mas também por ser um momento no qual o cabo eleitoral não está exercendo esse papel, mas, sim, o de vereador, que abarca todo um discurso político; como esse ator político está sujeito à socialização entre os espaços em que o mesmo faz parte e na construção do ofício de cabo eleitoral, como também como se dá o recrutamento e a inserção nas redes sociais que proporcionam a criação e manutenção desse ofício. Para isso, as entrevistas com cada cabo eleitoral foram focadas tanto em sua escolarização, sua entrada na política, sua atuação como vereador e principalmente a atuação como cabo eleitoral nas eleições estaduais de 2014.

Com isso, escolhemos um município que tem por característica principal a sua divisão entre dois grupos políticos: Cochara e Matamatá. Antes desses grupos, o cotidiano político do município como também do próprio estado era regido por dois grupos, o Peba e o Cabaú. As alianças feitas no âmbito local eram regidas pelas orientações feitas por meio dos chefes políticos desses grupos. No município em questão, o grupo Peba era composto por duas famílias, Brito e Saraiva, enquanto que o grupo Cabaú era composto por vários coronéis, que se aliaram para quebrar a hegemonia das outras duas famílias políticas.

---

A partir daí, deu-se início ao crescimento desse grupo de coronéis, mas que posteriormente foi dividido em dois por desavenças que podem aparentar ser coisa supérflua, só que ao tratar de política, nada é relevado. Seguindo assim, um desses coronéis conseguiu se sobressair estando no poderio político do município por décadas e sempre competindo com outro coronel, mas com o fim do Estado Novo, novos atores foram surgindo por meio dos apadrinhamentos feitos pelos dois chefes políticos. Importante destacar que o coronel era um grande cabo eleitoral, considerado até como o primeiro (BLONDEL, 1957), e que o cabo eleitoral principal hoje faz o que o coronel já fazia em sua época, mesmo que se utilizando de outros meios; mandar ir buscar alguém para votar, pedir votos para algum político, estabelecendo trocas de favores, já eram práticas comuns no tempo do coronelismo. Com o início da ditadura militar, esses novos atores foram se estabelecendo no cotidiano da política local, onde alguns conseguiram chegar, na época, à Assembleia Legislativa do estado, e, assim, criando novos laços e os futuros grupos que se encontram até hoje, Cochara e Matamatá, nomenclatura essa inspirada em uma telenovela da Rede Globo, cujo enredo da novela acabou se encontrando com a realidade política desse município, e onde duas famílias encabeçam os grupos, apesar de haver outras que façam parte de suas relações, estabelecendo, assim, uma rede política de base familiar, segundo as leituras de Lewin (1993).

Nessa estrutura política de dois grupos, que mesmo sendo uma eleição para deputados, senador e governo, o papel dos grupos é importante para o desempenho dos cabos eleitorais. Primeiramente, por eles já exercerem um mandato eletivo em nível local, espera-se que eles apoiem os candidatos dos seus respectivos grupos, mas não é uma regra e, sim, uma opção. Apesar da identidade política que essas facções enraizaram no município, os cabos eleitorais são livres para apoiarem a quem eles quiserem, pois é nesse momento que eles cravarão um importante passo que é o da sua futura campanha. Um cabo eleitoral que já detém de um mandato não irá apoiar alguém só por apoiar ou muito menos ficar de fora da campanha eleitoral, mas irá apoiar aquele que ele acha que pode lhe dar um retorno futuro. Até porque, nesse momento, os cabos eleitorais irão antecipar a sua própria campanha, uma vez que ele estará voltando às regiões do município em que ele é mais bem recebido e que contêm, assim, a sua própria base eleitoral.

A princípio, cabo eleitoral não é uma profissão e nem uma ocupação. Entretanto, cargos eletivos como vereador, deputado (estadual e federal) e senador são consideradas

---

ocupações de acordo com o Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)<sup>3</sup>, sob o número de 1111, legisladores e prefeito, vice-prefeito, governador, secretário etc.; também entram no código de ocupações sob o número de 1112, dirigentes gerais da administração pública. Com isso, a ideia de que política não é uma profissão já não é mais válida, mesmo não tendo um credenciamento como carreiras já consagradas, como na Medicina e o no Direito, já é considerada uma ocupação. Isso não invalida o cabo eleitoral por não se encontrar na CBO, até porque não gera vínculo empregatício. Pois que, por mais que o cabo eleitoral não seja nem profissão e nem ocupação, para poder atuar como tal é necessário um saber específico e um investimento, seja de tempo, de experiência, de recursos materiais e/ou imateriais.

A socialização dos indivíduos ocorre em diversos domínios da sociedade, como a cultura, a religião, a tecnologia e a política, nos quais tomam lugar as diversas experiências que contribuem particularmente para o processo de construção da identidade social e da autoimagem do indivíduo em relação ao sistema político e às instituições da sociedade. Para os deputados e senadores que foram incluídos como universo empírico do estudo, tanto o jogo político quanto o social são duas faces de uma realidade, mas, para que esses atores conservem o poder adquirido, é necessário que ajam não apenas como profissionais da política, mas como mestres em ambas as faces desse jogo. Assim, é fundamental que o capital social acumulado pelo agente seja reconvertido em capital político, segundo mostra Bourdieu (2011).

Como poderá ser observado, para ser cabo eleitoral não é necessário diplomas, certificados para legitimar a sua entrada na política. Os capitais que estão em jogo são, primeiramente, o capital social, de acordo com os espaços de socialização que o ator esteja inserido; e em segundo lugar; o capital político, esse sendo um capital que só é conseguido após a sua entrada e consolidação na política. Por se tratar de um município do interior de um estado pequeno do Nordeste, não é de se esperar que a política tenha sido construída e pautada nos recursos escolares desses atores políticos, muito menos nos recursos econômicos, pois são poucos os que podem gastar no período eleitoral. Em todas as entrevistas realizadas, não

---

<sup>3</sup> A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por Portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem às relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO, é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus deputados e senadores, e levada à sanção do Presidente da República.

---

houve um cabo eleitoral sequer que não tivesse saído de uma infância na lavoura ou que não teve que trabalhar desde cedo para ajudar os pais.

### **Formação social e profissional dos cabos eleitorais: da lavoura para a política**

Heitor Batista, 60 anos, nascido no povoado Caboclinho, interior do município de Arapongas, junto de seus 9 irmãos, cresceu já tendo contato com o trabalho na lavoura, ajudando seu pai, pequeno agricultor e produtor de fumo, pimenta e laranja, e sua mãe, dona de casa. A fase inicial da sua escolaridade foi no mesmo povoado, já que o acesso ao ensino dado na cidade era difícil devido à falta de transporte, mas já adolescente foi estudar no Colégio Estadual D. João VI onde terminou o ensino médio. Após concluir os estudos, ele foi trabalhar em uma cidade paulistana onde passou alguns anos e ao retornar, fez o concurso para trabalhar na Telergipe e foi já atuando na empresa que alcançou o seu primeiro mandato eletivo de vereador. Depois de muito tempo, o cabo eleitoral resolveu fazer um curso, o de Gestão Pública que ele afirma que só veio a acrescentar à sua carreira na política, pois agora ele poderia legitimar mais ainda o que ele já havia aprendido por meio da experiência de seus outros mandatos:

Quando a gente quer trabalhar para o povo, temos que dar o nosso melhor. Um curso superior é de total ajuda porque a gente vai abrir nossa mente para novas ideias, e se tratando de Gestão Pública, ajudará mais ainda. A gente tem que ter um conhecimento mais apurado pra dar mais prestígio ao nosso trabalho. Só nesse pouco tempo já participamos de dois congressos, o que nos ajudou a modificar algumas ideias. Apesar disso, eu participei da Escola Nacional de Política do Instituto Tancredo Neves, como também de outros cursos menores, sempre da área da política. Quanto mais conhecimento, melhor.

Encontramos aí o que Freidson (1998) chama de *expertise*, criando um antagonismo entre “profissional” e “amador”, que além do ator ganhar a vida com seu trabalho profissional, ele terá uma competência superior, um conhecimento mais apurado quanto à realização de um trabalho profissional (p. 200). Nesse caso, não temos um curso superior que ensine a alguém a se tornar um político profissional, mas cursos que tratem de administração e gestão municipal que contribuem para o lado “técnico” da política, ou seja, contribui para a atuação de um legislador ou de um dirigente de administração pública<sup>4</sup>. Já o lado prático, só é possível adquirir através da experiência, seja ela com ou sem mandato eletivo, pois como é

---

<sup>4</sup> Segundo o CBO, sob o código 1112, as ocupações que se enquadram como dirigentes gerais da administração pública são: prefeito, vice-prefeito, governador, governador de distrito, secretário do executivo, presidente da república etc.

---

sabido, há vários espaços onde se pode adquirir conhecimento político, por meio de sindicatos, grêmios, associações etc.

Há também os casos em que os políticos profissionais não exercem mais a antiga carreira profissional, e seu tempo é exclusivo para a atuação no campo político. Todavia, não deixam de explicitar a sua formação e ainda usam o título para legitimar o seu discurso. Há um longo movimento que gera a imposição da especialização na política, isto é, em que se exige dos atores que se tornem “profissionais”, consagrando a maior parte do seu tempo às atividades políticas, desligando-se de uma profissão anterior ou mesmo não chegando a exercê-la, conseguindo monopolizar a ocupação de cargos e o direito às candidaturas, conquistando antiguidade e continuidade no interior do espaço político.

O cabo eleitoral Heitor relata que quando Ferreirinha retornou à vida política dez anos depois de ter o mandato de deputado estadual cassado, durante a década de 1960, ele o convidou, pois afirmava que tinha visto nele talento como uma liderança política, apesar de já ter sido uma liderança comunitária, que já vinha do meu pai. Mesmo seu pai não ter tido mandato eletivo, foi também uma liderança comunitária no povoado Caboclinho, onde muitas pessoas dependiam dele, pois exercia o papel de mediador das mesmas para com o poder público, porque precisavam do seu apoio e, assim, crescendo observando o pai trabalhar dessa maneira cresceu junto com a vontade de seguir esse trabalho de seu pai, de ajudar quem não podia. Cheguei ao cargo de vereador justamente por entender que, segundo suas palavras, “poderia fazer muito mais pela população”. Para esses cabos eleitorais, somente a vontade e a vocação para política bastavam para efetivarem seus “sonhos” e “desejos” de fazerem parte de um pequeno grupo de atores que fiscalizariam e legislariam, representando, assim, as suas comunidades e o município. Esse é o discurso mais comum encontrado na política sobre as motivações de inserção e consolidação na política.

Antes de sair da Telergipe, em 1988, ele recebeu um convite do então candidato a prefeito, Ferreirinha, para se candidatar a vereador. Nessa sua primeira candidatura considerou-se muito bem votado, mas não venceu as eleições, ficando como primeiro suplente, mesmo tendo obtido votos que poderiam ter lhe elegido, mas devido à questão das legendas não conseguiu. Continuou trabalhando na Telergipe e mantendo a sua expectativa de se eleger efetivamente, permaneceu se empenhando em fazer um trabalho social que de certa maneira elevasse suas chances de chegar à Câmara Municipal e em 1992 conseguiu se eleger mantendo ainda as suas funções na empresa. Chegando ao final de 1999, a empresa foi

privatizada, e ele optou por sair dela e continuar sua trajetória política, pois ainda tinha o mandato até o ano de 2000. Com as eleições desse ano, segundo ele relata, a perseguição dos políticos locais foi muito atenuada devido a sua “boa atuação pautada na idoneidade, responsabilidade com um trabalho investigativo” e que o prefeito na época tinha se sentido incomodado, levando a crer que ele era uma ameaça ao seu mandato, uma vez que ele estava fiscalizando. O cabo afirma que com este pensamento eles passaram a persegui-lo, e na eleição do ano de 2000 eles “caíram em campo”, comprando os seus votos que já eram tidos como garantidos. Ele fala:

E até hoje existe esse tipo de eleitor que troca seu voto por barganha, por cimento, por bloco, por medicamento, e eu não trabalhava com essa natureza e meu compromisso sempre foi com o mandato, de investigar, de legislar, com dignidade, mas infelizmente o coronelismo aqui na cidade ainda estava em pleno vigor, né? Os líderes políticos não simpatizavam comigo porque eu era uma ameaça, tanto um lado como o outro, e eu perdi as eleições de 2000, a de 2004 justamente por essas razões, mas nunca abandonei o meu trabalho, o meu ideal que era ter de volta o meu mandato. Em 2012 fui eleito por um partido, uma coligação que me favoreceu pela legenda, pois na outra de 2008 eu tive muitos votos, mas não entrei justamente por causa da legenda, onde outros vereadores que tiveram menos votos que eu conseguiram entrar, e na de 2012 foi o meu caso. Mas isso faz parte da conjuntura política do momento e aí eu continuo a minha trajetória com os mesmos ideais, só que mais aperfeiçoados, mais dinâmico.

Pelo relato dado em entrevista, o cabo eleitoral só conseguiu se manter na política por meio do assistencialismo, como o próprio afirma ter feito, pois, sem ele, não seria possível que seu nome se mantivesse considerando o tempo que ficou fora da Câmara Municipal, muito menos sem a ajuda de deputados para os quais trabalhou em campanhas. Depois que saiu da Telergipe, Heitor não trabalhou em outro espaço profissional a não ser o da política. Sua única renda era uma ajuda que recebia de um deputado estadual para quem trabalhou como cabo eleitoral em duas eleições, e durante esse período ele dizia que era “assessor político” do deputado em Arapongas e, assim, ele mediava as ações do deputado para com o município, aliando também às suas pautas. Com isso era possível se manter focado na política e prestar serviços por meio da associação sem ter seu tempo tomado por outra ocupação. Esse fato é um exemplo do clássico de Weber “viver da política e para a política”; vive “da” política porque não tem nenhuma outra fonte de renda a não ser que venha da política, seja por meio de mandato, de “mesada” de algum aliado parlamentar, e vive “para” a política, pois todas as suas atividades giram em torno de sua vocação e grande sentimento para a política, como se tivesse nascido para isso e que é isso que tem que se fazer.

Certamente, o indivíduo pode exercer outras profissões e se tornar um líder político, isso fará com que a política insira outras esferas sociais e, assim, reconvertendo em recursos

---

eleitorais, dispensando outras formas de intervenção e admissão social para o ingresso na “política” (CORADINI, 2001, p. 19) e, mesmo assim, podendo atuar nos dois mundos, ou seja, operando ou não diretamente em atividades instituídas como políticas (CORADINI, 2001, p. 22), não se valendo do exercício da profissão política (médicos com suas clínicas, por exemplo, que se candidatam; eles não dependem da política no âmbito profissional, mas aproveita da sua formação já com uma clientela constituída pelos pacientes, podendo muito bem tê-los como possíveis eleitores).

Segundo Rodrigues (2002), Johnson considera que as atividades ocupacionais, na sua essência ou natureza, são uma consequência geral da divisão do trabalho, e que a emergência, em qualquer sociedade de saberes ocupacionais especializados na produção de bens ou serviços cria relações de dependência social e econômica e relações de distância social – à especialização da produção correspondente a desespecialização dos consumidores. Nesse caso, atores políticos que detêm de outra ocupação têm poder de “persuadir” a sua clientela a seu favor, pois o mesmo tem para si a *expertise* e a ela não pode ser contestada pelos seus consumidores. Nesse caso, o cabo eleitoral que é vereador irá acionar a sua base eleitoral para os seus candidatos, utilizando de seu conhecimento político legitimado pelo mandato, em que, ao mesmo tempo, irá acionar para si próprio, antecipando o contato de uma futura campanha municipal.

Sobre participação em sindicatos, o cabo eleitoral Heitor afirma que a sua participação no sindicato foi fundamental para a sua entrada na política, além de uma participação indireta através do seu pai que também foi um líder comunitário e cabo eleitoral do ex-prefeito de Arapongas, Ferreirinha, chefe político do Cochara. Ao entrar na Telergipe depois de alguns anos de trabalho, Heitor participou de uma greve dos funcionários da empresa, e devido ao seu destaque nessa greve, a diretoria do sindicato o convidou pra participar do Sinttel, fazendo com que esse fosse o seu segundo passo para uma trajetória na política. Ele afirma que com essa participação foi possível ter experiências que ampliassem os seus pensamentos acerca do que era realmente a política, fazendo com que se tornasse um defensor dos direitos trabalhistas. Com isso, ele permaneceu até o seu último ano na empresa, devido à sua privatização, pediu desligamento, pois entendeu que já não tinha mais interesse e que sabia das consequências que essa privatização traria para os servidores da Telergipe. Mas essa sua experiência no Sinttel possibilitou uma espécie de legitimidade ao seu mandato no que concerne aos assuntos sindicais do município como, por exemplo, o Sintese, que é o



---

sindicato dos professores, onde Heitor atuou no momento em que o Poder Executivo descumpriu a Lei do Piso Salarial. Ele coloca que a sua participação sindical, tanto militante quanto exercendo o cargo de diretor geral, foi importante para o seu primeiro mandato devido à base para essas questões de administração.

Lochard e Simonet (2010) focarão no embate entre a expertise associativa e o conhecimento profissional. Essa expertise associativa consta na ideia de que conforme a participação no militantismo, o ator social irá desenvolver um conhecimento de acordo com as suas experiências dentro do associativismo; já o conhecimento profissional será aquele em que os atores sociais possuem o conhecimento legitimado, através do exercício da profissão conquistada pelo estudo na área. Para isso, os autores citam exemplos de associações da luta contra a AIDS na França, o Greenpeace, entre outras.

Com isso, eles trabalharão com o conceito de carreira profissional desses atores sociais, conceito esse vindo da escola interacionista, de Chicago. O elo entre carreiras profissionais e o militantismo demonstrará que um movimento social vai mais além do próprio movimento, dando ênfase aos atores, pois são eles que darão vida ao primeiro. Para esse conhecimento associativista será dado o nome de expertise profana, explicitando assim a diferença entre esse tipo e a expertise profissional. Exemplificando, os autores citam o trabalho de Becker sobre os usuários de maconha, os quais obtêm o conhecimento através da experiência, do contato direto e, assim, produzindo uma expertise sobre a técnica do seu uso. Logo no começo, os autores questionam o monopólio do conhecimento profissional e pontuam que a expertise profana poderia vir a questioná-lo também.

### **Política profissional e a consolidação de uma carreira**

Com tudo isso, voltamos ao político profissional, especificamente, o vereador. As perspectivas de um vereador são mais limitadas, pois raramente ele é nomeado para algum cargo de alto valor estratégico na escala federal e praticamente não tem opções de postos políticos eletivos de menor expressão. Logo, o que ele pode pretender é permanecer no cargo e, em caso de se tratar de progressão na carreira, tornar-se prefeito, deputado federal ou estadual, ser nomeado para alguma secretaria ou órgão administrativo estadual, e secretaria municipal. Fora isso, o vereador somente pode lutar pela sua permanência e ir à busca de apoios atuando como cabo eleitoral. Pode aparentar que ser cabo eleitoral para o vereador seja

um “bico”, assim como para os cabos eleitorais secundários, mas o vereador que não atua como tal dificilmente conseguirá manter-se no Poder Legislativo e corre o risco de não conseguir mais se eleger; apesar de que ser cabo eleitoral durante as eleições estaduais não seja uma garantia de vitória futura, mas de um trabalho antecipado e dobrado de campanha própria. Por mais que alguns desses cabos eleitorais afirmem que atualmente não estejam tão assim a “serviço” dos grupos ou que desejam que esses grupos acabem, nenhum deles entrou para a política profissional só porque tinha “vocação” ou porque sempre sentiu que a política era o seu caminho.

Quando se trata de política profissional, ainda mais quando se começa dos pequenos cargos da política e que no município existam facções e chefes políticos, precisa-se de uma mediação para poder ser introduzido nesse espaço. Grill (2013, p. 251) coloca que “os mediadores (porta-vozes ou intermediários) são, nessa   tica, denominados de ‘tribunos de identidade’, pois se dedicam    constru  o identitária dos grupos: engendrando interpreta  es sobre a ‘história local’, redefinindo suas ‘raízes e suas ‘tradi  es’ [...]” e, assim, redefinindo seus espaços.

Algo importante que merece ser destacado antes da explora  o dos dados    que durante os contatos com os atores, seja por meio de qualquer metodologia utilizada para esse trabalho, o ator político tem a necessidade de se mostrar “honesto”, no sentido de desmascarar a concep  o de “político corrupto” e que isso não ocorre nessa esfera. A rea  o às perguntas    uma espécie de “escudo”, justamente para quebrar esse senso comum, como se eles tentassem se policiar para que não seja “manchada” mais ainda a visão do senso comum em rela  o a eles.

Cunha (2004), quando falou em “aprendizagem, inicia  o e conversão”, baseando-se no trabalho de Hughes (1964)<sup>5</sup>, tratou disso: o entrevistado que participou da diretoria de associa  o comunitária fala que partir da conversão não mais se pode dizer que um d  ia ele deixar   de ser político:

A política sempre esteve em mim, mas como um profissional da política, foi quando eu assumi o meu primeiro mandato e senti a responsabilidade de cumprir o meu dever como um profissional. Quando entrei no mundo político, tive dois mandatos seguidos, depois disso, passei oito anos sem um mandato, mas as pessoas continuavam me chamando de vereador e eu nunca deixei de agir como um. Continuei o mesmo trabalho que eu já faziam, assistia os necessitados, levava-os a

<sup>5</sup> O autor, quando trabalha “a fabrica  o de um médico” a apresenta como uma espécie de “modelo” da socializa  o profissional concebida tanto como uma inicia  o, no sentido etnológico,    cultura profissional (nesse caso médica) quanto como uma conversão, no sentido religioso, do indivíduo a uma nova concep  o de si e do mundo, em suma, a uma nova identidade.

---

Aracaju para consultas médicas com o meu carro particular, chegando a fazer isso de madrugada. Era toda semana! Com certeza eu vivia para a política. Eu não recebia ajuda de custo nenhuma. Minha mulher é que sustentava a casa, mas eu nunca deixei de ajudar os outros, mesmo àqueles que não votaram em mim. Muitos que não votavam em mim pediam a minha ajuda e eu não me importava. Eu só queria ajudar.

Tendo feito a sua aprendizagem, através dos meios de socialização que possibilitaram o contato com o cotidiano da política, conhecendo, assim, as facetas, os modos de exercício do ofício, o ator irá incorporar esse aprendizado para passar para a segunda etapa; a iniciação se dá quando o ator começa a atuar no papel de cabo eleitoral, sabendo lidar tanto com pessoas em geral como com os candidatos e lideranças políticas maiores, sendo, neste caso, uma espécie de ponte, se especializando no saber e criando habilidades a partir dessas experiências; a partir daí, conforme a prática se desenvolve, o ator passa a mudar a si mesmo através da incorporação de novas ideias sobre o que realmente é ser cabo eleitoral e da aquisição de competências efetivas que venham a possibilitar o seu desempenho. Essas etapas são essenciais para uma total conversão identitária e assim se consolidar no ofício.

A convivência com a ambiência política permite uma absorção intuitiva do “fazer político”, além das habilidades herdadas, paralelamente a todo o investimento escolar e profissional empreendido pelos agentes. As disposições sociais, os hábitos do meio em que se processa a formação do indivíduo, o treino social e as atitudes que lhes são mais úteis no dia a dia também são socialmente incorporados, como os saberes que interferem no rendimento escolar e nas escolhas futuras. Os mesmos saberes não exprimem as mesmas atitudes e não estão ligados aos mesmos valores: enquanto para uns eles provêm da aprendizagem escolar, para outros eles advêm, em primeiro lugar, do meio familiar. Para se valer de algum recurso, a sua reconversão não é algo direto, pois depende das lógicas sociais vinculadas às diferentes esferas, podendo adquirir significados (CORADINI, 2001). O capital político construído com recursos pessoais é baseado no reconhecimento do próprio indivíduo, em seu prestígio e em sua reputação, que são construídos ao longo de sua carreira e que serão reconvertidos em trunfos eleitorais. Torna mais clara a necessidade, apesar de não participar diretamente da política como uma ocupação, de o primeiro passo para a inserção nesse campo é que principalmente a família esteja aliada ou apoie algum grupo político. Com isso, a facilidade de se tornar um cabo eleitoral ou até mesmo chegar a pleitear um cargo eletivo aumenta, como também há uma maior diversificação de atores políticos a cada eleição.

Sobre a profissão política e sobre quem a exerce, Phelippeau (2010) fala:

Como em matéria econômica e em matéria profissional, no campo político os notáveis são por excelência, “amadores”. Ocupam-se negócios públicos porque sua

---

situação de fortuna e sua profissão lhes dão tempo e porque em virtude do caráter cumulativo das escolas de prestígio, sua superioridade social faz deles representantes “de fato” de sua comuna ou de seu cantão, os auxiliares “naturais” dos ministros e dos príncipes. Supõe-se que sua superioridade social é que os torna aptos a dirigir a cidade, e não sua capacidade administrativa ou sua excelência profissional (p. 192).

Logo, parafraseando o que Weber colocou sobre os que se inserem nesse ofício, seriam esses os notáveis que vivem para a política, já que dispõem de tempo mesmo tendo outras atividades a exercer e não necessitam tanto da política para sobreviver. Mas Phelippeu também fala sobre aqueles que vivem da política, pois seriam esses que fizeram surgir o profissional da política, surgindo também uma nova elite política, que se utilizava de outros métodos contrários aos dos notáveis. E essa dualidade entre notáveis e amadores que o autor coloca demonstra que até esse espaço da política não sobrevive somente com um grupo.

O que é mais comum são atores políticos que não conseguem retornar aos antigos mandatos eletivos ou ascenderem a algum outro novo cargo na hierarquia política. A única forma de se manter “vivo” na política é sendo cabo eleitoral no período de campanha para deputados, conseguindo consequentemente um apoio futuro para uma nova candidatura. Quanto a isso, para os cabos eleitorais, fazer campanha para os deputados só fez com que eles saíssem ganhando no sentido de poder também fazer uma própria “pré-campanha”, pois esse é o momento em que eles se encontram mais próximos da população e podem, assim, retomar a sua base eleitoral, fazendo com que os seus candidatos levem melhorias para as suas regiões em seu nome. Logo, o que se está em jogo, principalmente, não é somente a quantidade de votos que eles conseguem para os seus candidatos, mas também manter esses votos para si:

Com certeza que eu penso na minha campanha, a realidade tem que ser dita. Se eu cheguei na casa de um eleitor para eu pedir voto para o meu candidato, automaticamente eu já fui naquelas pessoas que já me acompanham e votam comigo, que são simpáticos ao meu trabalho, então tudo isso já é uma forma de fazer uma visita e falar “eu não sou candidato, mas aqui está os nossos e em breve será a minha vez”, então a gente já aproveita pra vender o peixe [risos]; a política tem dessas coisas, né? [...] Quando eu perdi as eleições de 2000, me tornei presidente de associação e com esse trabalho consegui trazer muitos benefícios para os carentes da zona rural, que por consequência viviam afastados dos serviços básicos onde o poder público deveria ter atuado. E com mais essa experiência da associação, consegui executar algumas obras de caráter beneficente, temos exemplos de Caboclinho, Asa Branca, Candieiro, Passo Fundo, e diversos outros povoados daqui da região e, enfim, foi uma trajetória sempre de luta e também no assistencialismo. Eu sempre desempenhei e desenvolvi por entender que o povo precisava do nosso trabalho e foi muito útil para as pessoas nesses anos que não eram atendidas pelo poder público. Hoje é muito deficiente, imagine anos atrás.

---

É nessas horas em que o papel de cabo eleitoral se confunde com as ações feitas pelo vereador, não necessariamente com as suas obrigações por lei, mas ações como a de mediação, de assistencialismo, da facilidade de contato com lideranças maiores.

O único político que realmente exerce o papel de cabo eleitoral é o vereador. Afirmando isso, pois qualquer político pode atuar como um cabo eleitoral, tanto um deputado estadual fazendo campanha para um prefeito de alguma cidade com a qual tenha contato e uma base eleitoral como também o próprio governador do estado pode interceder politicamente; todavia, o trabalho de ir todos os dias às ruas, panfletar, visitar comunidades, bairros, povoados e sempre estar em busca de mais pessoas para trabalhar na campanha só o cabo eleitoral que é vereador pratica. É somente ele, pois ele é o único que realmente depende desse momento justamente por ser o político que se encontra no último posto hierárquico da política. Exemplo desse caso foi o apoio recebido pela senadora Luciana Almeida pelo grupo Matamatá, como também de cabos eleitorais do Cochara. Dessa maneira, podemos confrontar a fala de um deputado reproduzida em Bezerra (1999, p. 135), pois o prefeito não pode ser cabo eleitoral de vários candidatos em um mesmo pleito, a não ser pela campanha para senador quando esta for eleger dois senadores.

O vereador, muitas vezes, pode ser um melhor aliado do que o prefeito, principalmente quando este último já se encontra em grupos políticos locais, enquanto o vereador pode caminhar entre os grupos ou apoiar candidatos de outros municípios. Fica em jogo a credibilidade desse apoio quando ele é fragmentado e, assim, não tendo muito efeito a participação do prefeito enquanto apoio para arrecadar votos quando o mesmo não segue uma linha, apoiando candidatos da situação e oposição. Por mais que o vereador seja um cabo eleitoral pequeno, que tem seus contatos, muitas vezes restrito ao município, ele consegue angariar votos que proporcionem segurança a seus candidatos.

## **Conclusão**

Este artigo permitiu demonstrar as facetas da construção e manutenção do ofício de cabo eleitoral. Através das metodologias da observação participante, diário de campo e entrevista semi estruturada, foi possível identificar aspectos do cotidiano da política que auxiliam na formação desse ofício e que viabiliza principalmente uma especialização e consolidação na política profissional. Por mais que tenha sido analisado um tipo de cabo

---

eleitoral, o estudo mostra que é necessário carregar algumas características, como a constante atuação na política, a habituação ao dia a dia da política, a composição de um capital social e político, sendo essas as que aperfeiçoam as habilidades e saberes do ofício, demonstrando também que possuir um mandato eletivo de vereador – dando destaque aqui à política no âmbito local – acaba sendo mais valioso para campanhas estaduais, pois o cabo eleitoral que é vereador consegue abarcar vários níveis de relações e consegue manuseá-los tanto para os seus candidatos como para si próprio, além das relações com as facções locais e com as estaduais.

### **Referências bibliográficas**

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BLONDEL, J. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?: Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

CUNHA, N. V. Como se **fabrica um policial: considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional**. *Comum* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 9, n.22, p. 198-207, 2004.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1998.

GRILL, Igor Gastal. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: GRILL, I. G.; SEIDL, E. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

HUGHES, Everett. **Men and their Works**. Collier-Macmillan Canada, Ltd., Toronto, Ontario, 1964.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar**. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOCHARD, Yves. SIMONET, Maud. Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnel. In DIDIER, Demazière. CHARLES, Gadéa. **Sociologie des groupes professionnels**. La Découverte, Recherches, 2010, p. 274-284

## Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

---

PHELIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A. & LACROIX, B. (orgs.). **Norbert Elias. A política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

RODRIGUES, Maria Ligia. **Sociologia das Profissões**. Portugal: Celta, 2002.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana Santos. **O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política**. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016, 115f.

WHYTE, William Foot. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.